adopção de programas que visem a integração da actividade física nos hábitos de vida quotidianos dos cidadãos e apoiar técnica, material e financeiramente o desenvolvimento da prática desportiva, bem como, assegurar a valorização e qualificação dos agentes desportivos.

Atentas as alterações legislativas recentes, designadamente o consagrado pelo Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro, que estabelece medidas especificas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento, torna-se indispensável reforçar a gestão das instalações desportivas do Centro Desportivo Nacional do Jamor (CDNJ) que, actualmente, assegura a prática de diversificadas actividades desportivas, quer para a população em geral, quer para os atletas de alto rendimento em particular.

Considerando o disposto no artigo 10.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., aprovados pela Portaria n.º 662-L/2007, de 31 de Maio, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 573/2008, de 4 de Julho, determino o seguinte:

1 — Criar uma equipa de projecto de natureza multidisciplinar com o objectivo de assegurar uma gestão mais eficaz e eficiente das infra-estruturas do CDNJ e das actividades de alto rendimento e lazer.

2 — Esta equipa de projecto, a funcionar na minha directa dependência, deve apresentar relatórios trimestrais demonstrativos da actividade do CDNJ, bem como, apresentar propostas com vista a potenciar o desenvolvimento desportivo e a optimização dos espaços e instalações do CDNJ.

3 — Designar, pelo prazo de um ano, como Coordenador da equipa de projecto de natureza multidisciplinar, o docente Carlos Afonso da Cruz Nunes, com estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão, considerando o seu curriculum académico e profissional.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2010.

Aos 13 de Janeiro de 2010. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

202802165

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 1387/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos desde 17 de Dezembro de 2009, o licenciado João Manuel Pisco de Castro.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins.*

202795508

Despacho n.º 1388/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado no cargo de presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), o licenciado Luís Ferro da Silva Meneses, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciadas pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins.*

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: Luís Ferro da Silva Meneses
Data de Nascimento: 15.11.1951

2 — Formação

Formação Base: Licenciado em Engenharia Electrotécnica, ramo de Telecomunicações e Electrónica, Instituto Superior Técnico, 1975, média de 15 valores

Formação Complementar:

"General Management Programme", Ashridge Business School, 2002
"Enterprise Engineering Seminar", James Martin, 1995
"ITT Seminar on General Management and Strategy", 1989
"Advanced Management Programme", London Business School, 1988
"Management for Tecnhical Managers", EEC, 1985
"Effective Computer Operations Management", CDI, 1981
"Systems Analysis in a Data Base Environment", CDI, 1980

3 — Curriculum Profissional

Desde de 2006 — Vogal do Conselho Directivo do Instituto de Segurança Social, IP

Planeamento e Controlo de Gestão:

— Implementação de Planos de Acção anuais do ISS, com monitorização mensal
— Reactivação dos Indicadores de Gestão do ISS

Sistemas de Informação:

— Criação do Gabinete de Gestão de Informação com responsabilidades sobre:

i) Análise de Negócio ("Business Analysis")
ii) Qualidade e Segurança de Dados
iii) Business Intelligence

Gestão de Programas

— Investimento em equipamentos sociais (PARES, POPH)
— Desenvolvimento Social (CLDS, etc)
— Modernização Administrativa (SAMA, POAT, etc)
— Criação do Via — Contact Center da Segurança Social

De 1993 a 2006 — Director de operações na Páginas Amarelas, S. A., com as seguintes áreas funcionais: tecnologias de informação, base de dados, produção (carregamento de contratos e pré-produção de listas), design gráfico, impressão, distribuição; responsável pelo arranque do site na Internet e pela Online Business Unit e coordenador de dois grupos de trabalho internacionais no âmbito da World Directories (CDM — Corporate Data Model, Data Quality).

Entre 1991-1993 — gerente delegado da DIRECTEL — Listas Telefónicas Internacionais, L.da, do Grupo Marconi, e presidente do conselho de administração da Registrade — Informação, Comunicação e Serviços, S. A.

De 1982 a 1991 — director de Desenvolvimento de Negócio da CPRM Marconi SGPS, Sistemas de Informação, L.da; director sénior de Sistemas de Informação da ITT World Directories, Inc; director de Sistemas de Informação, da ITT (Portugal) — Serviços e Comunicações, S. A; assessor da direcção do BESCL — Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa; director do Departamento de Informática da TEOR Teoria e Organização Científica do Trabalho, SARL. Na CNP — Companhia Nacional de Petroquímica, E. P., analista de sistemas (1978-1980), e de 1980 a 1982, chefe do Departamento de Informática.

Entre 1975 e 1978, foi técnico superior da Direcção-Geral do Comércio Interno; técnico de *software* na Universidade Nova de Lisboa, 1974-1975.

4 — Outras actividades

Coordenador de uma comissão de crédito na ANDC — Associação Nacional de Direito ao Crédito, 2003-2009;

Coordenador do seminário Direcção e Gestão de Serviços de Informática, INA, 1982-1990;

Coordenador do "Curso de formação em Análise de Sistemas", INA, 1983;

Elaboração de um Plano Estratégico de Sistemas de Informação para a Presidência do Conselho de Ministros e para o Instituto Português do Livro (1983);

Membro do "*Ad Hoc* Group on the Training Element of European *Software* and Systems Initiative" (1991).

202795776

Despacho n.º 1389/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos

Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado Fernando Manuel Fernandes Alves.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798757

Despacho n.º 1390/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado Pedro Miguel Magalhães Ribeiro.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798887

Despacho n.º 1391/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004,de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), o licenciado André Filipe Borges Campante Ferreira, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins.*

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais

Nome: André Filipe Borges Campante Ferreira
Data de Nascimento: 16 de Junho de 1973

2 — Formação

Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia do Porto (2001)

Formação Complementar:

2008 — Curso de Formação Inicial Pedagógica de formadores.
2006 — Curso de formação em Coordenação de Equipas de Vendas.
2004 — Curso de formação em sistemas de avaliação de desempenho — Deloitte.
2004 — Curso de formação em Liderança de Equipas — AEP.
2004 — Curso de formação em Auditorias Internas da Qualidade — IEQ.
2002 — Curso prático de Contabilidade e Consultadoria Empresarial — CERTFORM.
2002 — Curso de formação em e-Business — ANJE.

3 — Experiência Profissional

Desde Março 2008 — Assessor Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Principais responsabilidades:

Assessoria para assuntos económicos, fiscais e de finanças públicas;
Apoio à 5.ª Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças;
Apoio à Comissão de Inquérito sobre a situação que levou à Nacionalização do BPN.

2002-2008 — Motequi (Grupo Pinto & Cruz) — Director-Geral
Principais responsabilidades:

Definição e implementação da estratégia da empresa e respectivo plano de negócios;
Elaboração e acompanhamento do orçamento anual da empresa;
Análise de risco de clientes;
Negociação com fornecedores estrangeiros;
Coordenação da equipa de vendas;
Coordenação do serviço pós-venda.

2001 — Associação Portuguesa das Industrias de Malha e Confecção

Elaboração de um Boletim Estatístico;
Elaboração de projecto para a criação de um Observatório Sectorial.

2000 — Centro Tecnológico das Indústrias de Madeira e Mobiliário

Análise estatística de base de dados;
Elaboração de estudos sectoriais.

202799372

Despacho n.º 1392/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P., com efeitos a 17 de Dezembro de 2009, o licenciado João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

202798821

Despacho n.º 1393/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 3 de Abril, pelos Decretos-Leis n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 130/2007, de 27 de Abril, é nomeado no cargo de presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P. (ITIJ, I. P.), o licenciado Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciadas pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2009.

17 de Dezembro de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins.*

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá.
Data de nascimento -15 de Fevereiro de 1973.

2 — Habilitações literárias:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Moderna de Lisboa, com especialidade em Gestão Financeira.

3 — Cargos e funções:

— Subdirector-geral da Administração da Justiça, desde 2005;
— Desempenhou funções de assistente da Direcção-Geral do World Trade Center de Lisboa de 1996 a 1997;
— Assistente de contabilidade na Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, entre 1997 e 1998;
— Consultor de aplicações informáticas financeiras na Sociedade de Distribuição e Comercialização Informática, L.da, entre 1998 e 2005.

202795962

Despacho n.º 1394/2010

Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004,de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro,